XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

OS ESPORTES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: SUAS POSSIBILIDADES, TESSITURAS, OPERAÇÕES E EFEITOS

Rose Méri Santos da Silva[1]
Méri Rosane Santos da Silva
Universidade Federal do Rio Grande (IE/FURG)

RESUMO

O presente texto configura-se na demonstração de um momento, ou mesmo em uma parada provisória na trama constitutiva de minha tese de doutorado e tem como objetivo problematizar o esporte moderno, assim como as políticas públicas de esporte, tentando compreender como eles operam enquanto estratégias de poder que transitam entre uma anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população. Saliento que, do ponto de vista metodológico, colocar-se-á em ação um procedimento genealógico, em uma perspectiva utilizada por Michel Foucault, que foi buscar em Nietzsche atravessamentos que a tornaram um modo de operar seus estudos. Igualmente, torna-se relevante ressaltar que o referido empreendimento analítico se pauta em um referencial teórico, elaborado a partir de alguns exemplos das formulações realizadas por Foucault e Norbert Elias. Dentro desse contexto, passa-se a compreender o esporte enquanto um acontecimento moderno, assim como se percebe no advento das políticas públicas de esporte, a operacionalização de dois conjuntos de mecanismos de poder, um disciplinar e o outro biopolítico, que atuam no sentido de um governamento dos sujeitos e das populações, podendo ser considerados como técnicas, tecnologias ou mesmo procedimentos estratégicos de poder em uma arte de governar que vigora no mundo contemporâneo.

Palavras chaves: *políticas públicas de esporte, esporte, governamento*

ABSTRACT

This text sets on the demonstration of a point, or even a temporary halt in the my PhD thesis and aims to confront the modern sport, as well as public politics for sport and to understand how they operate as strategies power traveling through an anatomo-politics of the body and a bio-politics of the population. I would like to point that the methodological point of view, will be put into action a genealogy procedure, from the perspective used by Foucault, who looked at the crossings that Nietzsche became a way of running their studies. Also, it is relevant to note, that the analytic enterprise, it is based on a theoretical framework drawn from some examples of the formulations made by Foucault and Nobert Elias. Within this context is to understand the sport as a modern event, as can be seen in the advent of public politics in

[1] Professora de Educação Física de Ensino Médio, Técnico e Tecnológico do IFSulriograndense - Campus Pelotas - Visconde da Graça (CAVG)

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

sport, the operation of two sets of mechanisms of power, and the other a bio-politics, discipline, working towards a government of individuals and population may be considered as techniques, procedures or technology strategic of power in an art of government witch prevails in the contemporary world.

Keywords: *Sport of public politics, sport, government*

RESUMEN

El presente artículo se configura en la demonstración de un momento, o mismo en una parada provisoria en la trama constitutiva de mi tesis de doctorado y tiene como objetivo problematizar el deporte moderno, así como las políticas públicas de deporte, intentando comprender cómo ellos actúan en cuanto estrategias de poder que transitan entre una anatomo-política de cuerpo y una biopolitica de población. Del punto de vista, metodológico se pondrá en acción un procedimiento genealógico, en una perspectiva utilizada por Michael Foucault, buscó en Nietzsche cruzamientos que la tornaron un modo de operar sus estudios. El referido desarrollo analítico, se pauta en un referencial teórico elaborado a partir de algunos ejemplos das formulaciones realizadas por Michel Foucault e Norbert Elias. Dentro de ese contexto se pasa a comprender el deporte en cuanto un acontecimiento moderno, así como se percibe en el adviento de las políticas públicas de deporte, la operacionalización de dos conjuntos de mecanismos del poder, un disciplinar y otro biopolítico, que actúan en el sentido de un gobernamiento de los sujetos y de las poblaciones, pudiendo ser considerados como técnicas, tecnología u mismo procedimientos estratégicos de poder en un arte de gobernar que vigora en el mundo contemporáneo.

Palabras Clabe: *la política pública de deporte, el deporte, gobernamiento*

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo problematizar o esporte moderno, assim como as políticas públicas de esporte, tentando compreender como eles operam enquanto uma possibilidade de ligação entre a anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população[2].

Saliento que a referida escrita configura-se na demonstração de um momento, ou mesmo, em uma parada provisória na minha tese de doutorado, que tem como foco problematizar as políticas públicas de esporte, tentando compreender suas configurações, operações e efeitos, enfim, como elas se tornaram aquilo que são no momento presente.

Por entender que um objeto de estudo deva ser tomado como um tecido que se forma de diversos fragmentos datados e historicizados, lançar um olhar sobre a temática do esporte tornou-se uma das condições de possibilidades para poder compor o emaranhado que constitui as políticas públicas de esportes. Assumo assim que não quero tomar essas duas instâncias enquanto fatos isolados, encerrados

[2] No decorrer do presente trabalho estarão sendo especificadas e detalhadas as expressões "anátomo-política do corpo e biopolítica da população"

neles próprios, ou mesmo, que passam a existir naturalmente na história humana, mas os considero enquanto acontecimentos que integram toda uma trama constitutiva, sendo que, segundo Veyne (1982, p.28), uma "trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo".

Ressalto ainda que especificamente para esse trabalho dedicar-me-ei ao esporte moderno, a partir das considerações e demarcações lançadas por Norbert Elias, assim como saliento que não tenho a pretensão de trabalhar com verdades generalizantes e universais, ou seja, "vivemos uma época que corretamente renunciou à Teoria Unificada, uma época na qual nos damos conta de que a história (...) é composta de uma variedade de fragmentos e não de inteiros epistemológicos sem rachaduras ou imperfeições" (COHEN, 2000, p. 26).

Sendo assim, sinto a necessidade de localizar e justificar a partir de qual campo teórico este trabalho está sendo desenvolvido, ou seja, o presente texto se compôs utilizando-se, como norteador, de uma fundamentação teórica pautada nos pressupostos de Michel Foucault, mesmo reconhecendo em seus princípios um solo absolutamente instável e permeável. Mas foi exatamente esse o meu encanto com o referido autor, pois sua teoria e seus fundamentos não se assumem enquanto instâncias acabadas, únicas e absolutas.

Para operar esta investigação estarei colocando em ação um procedimento genealógico, pois, segundo Foucault (1993, p. 21), a genealogia torna possível "manter o que se passou na dispersão que lhe é próprio: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós".

O enfoque que se torna relevante, para o presente trabalho, é salientar que uso a genealogia a partir de uma perspectiva utilizada por Michel Foucault[3], que foi buscar em Nietzsche atravessamentos que a tornaram um modo de operar seus estudos, como podemos observar na configuração de suas obras dedicadas a problematizar as práticas, os acontecimentos nas suas singularidades, assim como as relações de poder e de saber que se produzem a partir de situações específicas, contextualizadas histórica e socialmente. Sendo assim e por aceitar a sugestão de Machado (s/d, p. 18) quando coloca que "caminante no hay camino, se hace camino al caminar", é que faço desse investimento metodológico uma maneira, um modo de realizar essa prática de investigação, tentando compreender o esporte moderno e as políticas públicas de esporte como procedimentos estratégicos de poder em uma arte de governar que vigora no mundo contemporâneo.

Faço isso na expectativa de entender e explorar o entrelaçado que integram esta proposta de investigação, que, à medida que se constrói e se desfaz, vai mostrando seus nós, seus entrecruzamentos e suas múltiplas possibilidades. Nesse sentido, gostaria de realizar uma analogia ao movimento de um

[3] Para vislumbrar outras possibilidades de empreendimentos analíticos que tenham operado com um procedimento genealógico em uma perspectiva foucaultiana podem-se citar as teses de doutorado do profº. Alex Fraga intitulada "Exercício da informação: governo dos corpos no mercado na vida ativa", e da profª. Clarice Traversini, sob o título "Programa alfabetização solidaria, o governamento de todos e de cada um".

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

caleidoscópio[4] gigante, objeto cuja invenção se deu na Inglaterra no início do século XIX e que se mantém ao longo do tempo com um encantamento sempre presente pelas infinitas probabilidades de formação de imagens, sensações ou efeitos produzidos a cada mexida, não se podendo jamais determinar a primeira peça, nem mesmo ter a pretensão de que as possibilidades de formação de novas imagens estejam esgotadas.

É com esse princípio de tentar vislumbrar e compreender as diferentes imagens, possibilidades e efeitos nesta minha caminhada é que me proponho no presente trabalho, inicialmente, a problematizar o esporte enquanto um acontecimento moderno, para posteriormente adentrar na temática das políticas públicas de esporte especificamente, sendo que para isso utilizarei como corpus de análise os materiais de constituição do Ministério do Esporte e de algumas políticas públicas de esporte.

ESPORTE MODERNO E OS DESLOCAMENTOS DAS TECNOLOGIAS DE PODER

O esporte constitui-se hoje em uma das grandes expressões de interesses de públicos variados, que vão desde as rodas de conversas de grupos informais, com saberes populares, até focos de estudiosos de diferentes perspectivas teóricas, fazendo sobre ele múltiplas abordagens, considerações, definições ou significações. Além disso, ele pode constituir-se como objeto de investimento de ações governamentais em diferentes âmbitos, sejam em nível de Estado, organizações não governamentais ou ainda da iniciativa privada.

Melo (2005, p. 67) afirma que "poucos fenômenos sociais têm tanta inserção na sociedade quanto os esportes. Dificilmente ficamos indiferentes às alterações que alguns eventos esportivos provocam em nosso cotidiano, como uma Copa do Mundo de Futebol ou os Jogos Olímpicos". Tal afirmação pode ser ratificada ao observarmos que o Estado passa a assumir o esporte como uma prática estatal[5], instituindo-o como um direito de todos os cidadãos brasileiros, através do parágrafo 217 na Constituição da República Federativa do Brasil, que afirma em seu Capítulo III, na Seção III : "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de um cada um" (BRASIL, 1988, p. 142).

Saliento que não pretendo abordar a temática do esporte como um fenômeno que se completa em si mesmo, ou seja, como uma instância absoluta, universalizante, sempre presente, a-histórica e a-temporal, mas assumo tratá-lo enquanto um acontecimento que possui "seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais" (FOUCAULT, 2006, p. 57). Assim sendo, o esporte deverá ser compreendido dentro de uma moldura, que se move, se desloca a partir das condições de possibilidade que operam, assim como dos efeitos produzidos.

[4] Caleidoscópio é um aparelho óptico formado por um tubo de cartão ou de metal, com fragmentos de vidros coloridos que se refletem em pequenos espelhos inclinados, apresentando, a cada movimento, combinações variadas. (MICHAELIS, 2000 p.110)

[5] Melo (2005, p. 72) aponta que essa relação mais sistemática entre Estado e esporte ocorre inicialmente no Governo Vargas e são intensificadas a partir do Estado Novo de 1937.

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Para as considerações que serão feitas no presente texto estarei me reportando especificamente ao esporte moderno, que se difere daquele praticado na antiguidade, ou seja, "a partir de um exame mais profundo, não é difícil verificar que os concursos de jogos da Antiguidade Clássica, que são representados com freqüência como paradigma do desporto possuía numerosas características importantes e progrediram sob condições que eram muito diferentes das que distinguem os nossos próprios concursos de jogos" (ELIAS, 1992, p. 195).

Ainda, segundo o mesmo autor, os "desportos que hoje são praticados, de maneira mais ou menos idêntica, por todo o mundo tiveram sua origem na Inglaterra (...), principalmente na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX", sendo assim, ele passa a ser aqui considerado como uma construção moderna, estando intimamente ligado às transformações sociais e especialmente vinculado à revolução industrial.

A partir do olhar lançado por Norbert Elias torna-se possível compreender o esporte, não como um produto a ser meramente consumido, mas como resultado de um processo civilizador, característico das sociedades Estados ocidentais. Tem-se assim, no acontecimento nomeado de esporte, e mesmo que não só nele, uma maneira, uma forma, de estabelecer normas, padrões, sentimentos e comportamentos, que produzem esses sujeitos considerados como pertencentes ao mundo civilizado. Assim, saliento que no presente texto não vou ater-me a nenhuma forma específica de esporte, nem mesmo vou atrelar-me às diferentes divisões e sub-divisões que o mesmo foi adotando ao longo do tempo, mas considerar que os indivíduos da era moderna são atravessados, seja como praticantes ou como espectadores, pelos efeitos desse acontecimento denominado esporte, produzindo-os enquanto sujeitos e mais ainda como sujeitos civilizados. Segundo Lucena ( )

> tentar apreender o conceito de esporte em Elias nos parece ser importante porque, além de permitir pensar o objeto(esporte) que se estrutura nas configurações, permite ainda pensá-lo, a partir de suas características miméticas, como componente explicativo das interrelações humanas. (...) Ele é um elemento necessário - um reduto social - nas sociedades altamente reguladas e com um alto grau de controle multipolar. Onde o indivíduo, seja como jogador ou espectador podem saltar o muro das emoções, mesmo que de uma forma socialmente limitada e controlada.

Trata-se de uma concepção de esporte entendida como um acontecimento moderno e que se encontra vinculado a uma configuração social. Saliente-se ainda, que essas sociedades, assim organizadas, estão constantemente vivenciando uma modificação, um deslocamento na sua arte de governar, ou seja, nas diferentes formas de gerenciar e controlar os sujeitos envolvidos. Foucault localiza que até o século XVI vivia-se em uma sociedade caracterizada como de soberania, centrada em um soberano-monarca, pautada na relação entre soberano/súdito a partir do suplício. Nela, o direito de morte dos súditos garantia o direito de vida do soberano, sendo assim,

> a teoria de soberania é vinculada a uma forma de poder que se exerce sobre a terra e os produtos da terra, muito mais do que sobre os corpos e sobre os que eles fazem (...) Ela permite fundamentar o poder em torno e a partir da existência física do soberano, e não dos sistemas contínuos e permanentes de vigilância (FOUCAULT, 2005, p. 43).

Posteriormente, ocorre um processo de governamentalização do Estado ou estatização das formas de governo, em que a preocupação não é mais com o território, mas sim com as coisas a governar. Segundo Foucault (2005, p.42), "nos séculos XVII e XVIII ocorreu um fenômeno importante: o aparecimento – deveríamos dizer a invenção – de uma nova mecânica de poder (...) que incide primeiro

sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto". Para compreender esse fato o referido autor se reporta ao "direito de vida e de morte" enquanto fenômenos não naturais, imediatos, ou de certo modo originais, mas, políticos. Essa transformação é enfatizada não somente em nível da teoria política, todavia, mais especificamente, em relação aos mecanismos, às técnicas, às tecnologias de poder, que no séc. XVII e XVIII eram centradas essencialmente no corpo, no corpo individual, tentando potencializar sua força útil, ou seja, era uma tecnologia disciplinar do trabalho.

Segundo Ângelo (s/d, p.03), o "nascimento da revolução industrial na Europa demandava uma economia das ações e do tempo; para tanto, era preciso uma disciplinarização do corpo, no sentido de torná-lo dócil e apto ao sistema de produção". Temos, nesse período, uma potencialização das práticas esportivas em que podemos verificar o poder disciplinar atuando. Tais procedimentos podem ser percebidos em operação, por exemplo, na grande atenção dedicada ao controle, ao disciplinamento dos corpos dos esportistas, que são considerados pelo detalhamento, pelo cuidado em cada gesto técnico, assim como pelo quadriculamento de cada indivíduo, ou seja, são corpos disciplinados, cuidados no seu detalhe, atentos a produção de corpos dóceis.

Outra instância que assume um caráter distinto, caracterizando o momento histórico vivido, é o papel que o exercício corporal assume. Segundo Foucault (2006, p.60), durante a vigência da soberania, os indivíduos dedicavam-se à prática de exercícios como parte de uma cerimônia, um ritual, realizados no sentido de demonstrar que continuavam com condições de manter sua posição social, seus direitos, seus privilégios. Já a partir do século XVIII, com o poder disciplinar em operação, o exercício corporal passa a ser "um adestramento do corpo, adestramento da habilidade, da marcha, da resistência, dos movimentos elementares" (ibid).

Essa forma de vivenciar o exercício corporal, a existência de técnicas, de táticas, assim, a universalização e o cumprimento de regras, configuram-se em alguns dos muitos elementos enfatizados como presentes e necessários à existência do esporte caracterizado como moderno, sendo que o seu cumprimento torna-se indispensável para os praticantes, seja no sentido de uma melhora na performance individual ou na busca de atingir o pleno sucesso de sua equipe.

Saliente-se aqui que o corpo como objeto de investimento de processos disciplinares já se fazia presente em épocas anteriores, mas nesse período há um diferencial, pois "não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*[6], como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo" (FOUCAULT, 2008, p. 132). Segundo o mesmo autor, trata-se aqui de um "aumento das forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (...) Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada" (p. 134).

Temos então que um corpo esportivizado é um "corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil" (FOUCAULT, 2004, p. 117). Ainda, segundo o mesmo autor (2008 p.514), considera-se aqui um "corpo-máquina: seu adestramento, o aumento das suas aptidões, a extorsão de suas forças", ou seja, é a "anátomo-política do corpo humano", que visa não somente um

[6] Grifo do autor.

aumento da eficiência de seus resultados, mas também o controle, o disciplinamento dos indivíduos e do grupo envolvido.

Já na segunda metade do século XVIII, surge outra tecnologia de poder, que existe em função da disciplinar, mas não a exclui, pois é de outra ordem, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Sendo assim, ela embute, integra, modifica parcialmente a tecnologia disciplinar e se dirige ao homem espécie, afetada por processos de conjunto, de uma massa global e que são próprios da vida. Não mais somente ao homem corpo, ou seja, não se refere somente a uma anátomo-política do corpo humano, mas a uma "biopolítica" da espécie humana. (FOUCAULT, 2005, p. 285)

Foucault foi o pensador que utilizou pela primeira vez esse termo, em 1974, mas não foi seu inventor, pois sua origem se atribui ao sueco Rudolf Kyellen (CASTRO, 2005). Sendo assim, a biopolítica, operada em uma perspectiva foucaultiana, refere-se "a todo um conjunto de ações, saberes e estratégias que se efetivam sobre uma população e que objetivam promover e potencializar a vida humana".

A biopolítica se exerce por meio de um tipo de poder "cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo" (FOUCAULT, 1999, p. 131), ou seja, trata-se de um biopoder. Mesmo reconhecendo que não estou tentando lançar uma teoria única e geral de poder, mas sim na tentativa de caracterizar em qual sentido ele se produz, ressalto que o biopoder trata de um tipo de poder que atua sobre os indivíduos, mas não entendidos ou tomados na sua singularidade, como é o caso do poder disciplinar, mas sim enquanto membros de um conjunto ou coletividade, a que se denomina população. Outro aspecto a ser ressaltado quanto à diferenciação em relação ao poder disciplinar é que esse age sobre um corpo-máquina (individualizado), enquanto o biopoder age sobre um corpo-espécie (populacão) (VEIGA-NETO, 2006, p.02) .

Destaque-se aqui não a invenção de um termo, mas a ênfase a uma nova dimensão do ser humano, ou seja, a população, entendida como uma massa global composta de inúmeras cabeças, se não infinita, pelo menos, necessariamente, mensurável, ou seja, surge assim a compreensão de um novo corpo: um corpo múltiplo (FOUCAULT, 2005, p. 292), ou mesmo, um grande corpo vivo que necessita de uma série de intervenções, de procedimentos no sentido de seu gerenciamento, ou seja, de seu governamento[7]. Pode-se dizer, então, que a biopolítica entra em ação de modo a garantir "maior segurança, sobrevivência, natalidade, longevidade, saúde, felicidade etc." (VEIGA-NETO, 2006, p. 02).

Tudo isso ocorreu em um período histórico em que se vivenciava uma espécie de inoperância da velha mecânica do poder de soberania para atender a sociedade que estava vivendo a um só tempo, uma explosão demográfica e uma potencialização do processo de industrialização. É nesse panorama que passam a atuar algumas estratégias ou dispositivos sobre os fenômenos globais ou de população. Temos então que já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planificado da vida das populações. Assim, o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas sim a própria segurança da vida da massa populacional.

[7] Nessa perspectiva teórica governamento se reporta às artes de governar. "Estas artes incluem, em sua máxima extensão, o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o do governo dos outros." (CASTRO, 2009, p. 193)

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Nesse contexto, a temática da segurança é tida como uma questão bastante ampla, tomada não só em relação a comportamentos individuais, mas como tudo aquilo que põem em perigo, ou em risco, à vida da população. Segundo Foucault (2008, p. 26), "trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidas". Temos, assim, que segurança é concebida aqui como um conjunto de elementos, de estratégias, de mecanismos ou mesmo de dispositivos que vão procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de série deles, ou mesmo de instâncias possíveis, séries que vão ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável.

Sendo assim, vemos surgir, por parte do Governo[8], uma série de ações, de estratégias, de intervenções, de dispositivos, implementados no sentido de uma potencialização de uma biopolítica, que tomam para si a responsabilidade de gerir, de produzir e organizar ações, sendo que especificamente neste trabalho vou me deter nas práticas governamentais que se referem às temáticas do Esporte.

ADENTRANDO NO UNIVERSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE

No campo teórico, em que o presente trabalho localiza-se, não é possível tomar as realidades e as verdades como fixas, imutáveis, mas isso sim, como instâncias que vão se constituindo e se imbricando no contexto histórico em que estão inseridas. Dentro dessa perspectiva, para compreender o presente é preciso conhecer as condições de formação que fizeram dos fatos e das coisas aquilo que elas são, ou seja, faz-se necessário compreendê-los enquanto parte de uma história própria e única. Nessa acepção, ressaltar a historicidade dos fatos e das coisas é uma tentativa de entendimento de como elas acontecem, como se apresentam, na sua singularidade, buscando enxergar seus estratos constitutivos, suas camadas que se relacionam, se cruzam, se dizem, se enunciam e se constituem.

Dessa forma, gostaria de destacar que vou trabalhar com uma história pautada por uma linearidade, mas que se manifesta somente no sentido de uma organização de apresentação do referido trabalho, necessária para que possamos compreender como as coisas no presente passam a se constituir como tais. Ressalto que não vou me atrelar ao sentido tradicional da história, que supõe uma verdade como eterna, com um ponto de partida (origem), que perpassa por todo o tempo, como se fosse à procura da "essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. (...) Procurar por tal origem é tentar reencontrar 'o que era imediatamente', 'o aquilo mesmo' de uma imagem exatamente adequada a si (...); é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira". (FOUCAULT, 1993, p. 17).

O tratamento que atribuo à história é sob um ponto de vista genealógico, ou seja, nele o sentido histórico reconhece que vivemos sem referências, que não temos coordenadas originárias, que vivemos em míriades de acontecimentos perdidos. Dentro dessa perspectiva, para compreender o presente é preciso conhecer as condições de formação destes conceitos, teorias e ciências. Não se trata de reescrever o passado em termos do presente, aceitando como dadas às categorias de análises

[8] Governo é aqui utilizado com letra maiúscula para se referir a instituição do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da ação de governar. (VEIGA-NETO, 2005, p. 83)

estabelecidas, é preciso, isto sim, restituir o jogo das interações que existem entre saberes e poderes específicos. Nessa acepção, ressaltar a historicidade dos fatos e das coisas é uma tentativa de entendimento de como elas acontecem, como se apresentam na sua singularidade, buscando enxergar seus estratos constitutivos, suas camadas que se relacionam, se cruzam, se dizem, se enunciam e se constituem.

Operando dessa forma, gostaria de salientar inicialmente a própria implementação de um Ministério específico de Esporte, a partir de 1937, quando, por intermédio da Lei n° 378 de 13/03/37, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, responsável por gerir, propor e implementar as políticas públicas de esporte. Já em 1970, essa divisão foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos, mantendo-se vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Na seqüência, em 1978, este departamento foi transformado em Secretaria de Educação Física e Desporto, mas ainda ligado ao Ministério da Educação, e assim permaneceu até 1989.

Na gestão do presidente Fernando Collor de Melo, em 1990, foi extinta a Secretaria ligada ao Ministério da Educação e criada a Secretaria de Desportos da Presidência da República. Após a saída do referido presidente, o esporte voltou a ser vinculado ao Ministério da Educação, com a Secretaria de Desportos. A partir de 1995 foi criado o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, cabendo à Secretaria de Desportos do Ministério da Educação, prestar o apoio técnico e administrativo. Em março do ano de 1995, esta secretaria é transformada em INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto¸ desvinculado do MEC e subordinado ao Ministério Extraordinário do Esporte.

No dia de 31 de dezembro de 1998, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, através da Medida Provisória n° 1.794-8, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato, para o qual o INDESP passa a ser vinculado. Em outubro de 2000, esse órgão é extinto e substituído pela Secretaria Nacional de Esporte.

Sob o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocorreu a separação dessas duas pastas, sendo que o esporte ficou com um Ministério próprio e o Deputado Federal eleito, Agnelo Queiroz, assumiu, no dia 02 de janeiro de 2003, o recém-formado Ministério do Esporte, permanecendo até 31 de março de 2006, quando deixou o cargo para candidatar-se ao Senado. Quem assumiu o Ministério interinamente foi o Secretário-Executivo, Orlando Silva Junior, que foi confirmado como ministro do Esporte no ano 2007, permanecendo até o momento presente.

Em toda essa trajetória podemos acompanhar a organização do Ministério do Esporte, que opera como uma instância estatal responsável por gerir, pensar e prover as políticas públicas de esporte, que podem ser classificadas como universalizantes ou focais.

As políticas do tipo universalizantes são àquelas que visam ao atendimento de determinado direito social, envolvendo o conjunto da sociedade, sem definição ou especificação de um ou mais grupos. Esse tipo de política pública universalizante pode ser exemplificada com a implementação do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), criado em 2003, que visa possibilitar o acesso ao esporte e ao lazer por parcelas significativas da população brasileira. Seus "objetivos centrais são ampliar, democratizar, universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social" (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010). Vê-se na exemplificação do PELC, uma política pública

criada para atingir indiscriminadamente toda e qualquer pessoa, ou seja, ela não direciona-se a um grupo de indivíduos especificamente.

Já as políticas públicas de esporte caracterizadas como focais, são àquelas dirigidas não a toda e qualquer pessoa, mas, isso sim, a uma camada específica da sociedade. Elas se sustentam a partir de argumentos direcionados, objetivos, como podemos perceber em relação àqueles que apregoam que as injustiças sociais só podem ser resolvidas se as parcelas menos favorecidas da população tiverem atendimento especial e "privilegiado". Temos como exemplo, àquelas dirigidas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou de risco social, que podem ser consideradas como estratégias biopolíticas, que visam principalmente dominar, prevenir e/ou amenizar os pânicos urbanos, entendidos como esses fenômenos políticos que se formam à medida que se desenvolve o tecido urbano (FOUCAULT, 1993, p. 87).

Dessa forma, os processos de constituição de políticas públicas de esporte em geral, sejam as universalizantes ou mesmo as focais, com todas as condições de possibilidades que as rodeiam, podem ser consideradas como mecanismos biopolíticos, operados no sentido de controlar a população e de gerenciar os riscos gerados por elas, agindo no sentido de garantir a segurança desses sujeitos envolvidos. Sendo assim, destaco a necessidade de compreendermos essa instância que, pela análise dos documentos que instituem estas políticas públicas do governo federal, está presente em praticamente todas as iniciativas governamentais, que é a noção do risco.

Segundo Spink (2003), a palavra risco passa a ser utilizada a partir do século XIV, sendo que somente no século XVI é que adquire seu sentido moderno, constituindo-se como um "híbrido entre perigo e controle". Já Traversini (2003, p. 110) nos traz uma análise sobre a questão de risco como algo já existente, mesmo antes da Modernidade, mas vinculado a aspectos naturais (chuva, temporais etc), sobrenaturais (fantasmas, bruxas etc) e reais (bandidos, saqueadores etc), estando presentes muitas estratégias para "evitar os males e vigiar os perigos que poderiam se abater sobre as pessoas". A referida autora, baseada em Lupton (1999), enfatiza ainda que a produção de insegurança não estava relacionada com a responsabilidade humana, mas com a vontade da natureza e do próprio sobrenatural.

A ampliação dos usos da noção de risco envolve diversas áreas de conhecimento, mas é no campo da saúde que sua utilização é bastante potencializada, principalmente vinculada aos aspectos dos riscos de contaminação relacionados ao vírus do HIV/Aids. Esse panorama se estabeleceu, mais fortemente na década de 80, dando ênfase à questão dos mecanismos causais[9] a comportamentos individuais para, em um segundo momento, a partir do final desta década até nossos dias, passarem a coexistir também os enfoques que levavam em conta as características mais contextuais e estruturais, mas ainda remetendo-se às formas de cuidado e prevenção referentes ao indivíduo.

São produzidas, a partir desse espectro do risco, uma série de estratégias, de mecanismos regulamentadores, que são àqueles que "agrupam os efeitos de massas próprios de uma população (...); uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo

[9] Utilizamos aqui a expressão "mecanismos causais" em um sentido mais biológico, que atribui uma relação direta entre as condições de causa-efeito das doenças, ou seja, refere-se à idéia de que o desenvolvimento de uma enfermidade poderia ser atribuído a uma causa determinada e específica.

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

caso em compensar seus efeitos" (FOUCAULT, 2007, p. 297), estabelecidos no sentido de administrar e gerenciar tanto a conduta dos indivíduos como de governar as populações, garantindo a segurança das pessoas. Vemos assim a implementação de política públicas de esportes, sejam elas focais ou universalizantes, implementadas no sentido de controlar e gerenciar os indivíduos, garantindo assim a segurança da população.

Temos, então, a produção de saberes, de verdades, com toda uma cadeia discursiva, que discorre sobre a presença do risco, do medo, produzindo discursos preconizando atributos e vantagens às pessoas que praticam esportes, ou seja, os esportistas são aqueles que aprendem a respeitar as regras, que não se envolvem com a criminalidade, que aprendem a aceitar as diferenças, a se sociabilizar, que tem uma melhor "qualidade de vida", ou mesmo tantas outras práticas discursivas que contribuem na elaboração e na implementação de diversas políticas públicas estatais, que tem dentre seus objetivos a viabilização e a socialização do acesso às práticas esportivas.

Vemos, pois, no advento das políticas públicas, e aqui especificamente naquelas voltadas às práticas de esporte, a operacionalização de dois conjuntos de mecanismos de poder, um disciplinar e o outro regulamentador, que permitem a um só tempo atuar na ordem disciplinar do corpo e nos acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, ou seja, não se trata mais de considerar o indivíduo que se dedica à prática de esporte somente no nível do detalhe (poder disciplinar), mas mediante mecanismos globais, regulamentadores.

Dessa forma, podemos compreender a trama, a tessitura, que compõem as políticas públicas de esporte, enquanto uma possibilidade bastante significativa de controle, de gerenciamento e, enfim, de um governamento dos sujeitos e das populações, ou seja, elas podem ser consideradas como técnicas, tecnologia ou mesmo estratégias de Governo que operam através de uma normalização das condutas dos envolvidos.

CONCLUINDO ....

Para finalizar o presente trabalho, gostaria de evocar novamente a figura do caleidoscópio, para tornar presente o princípio de não esgotamento de possibilidades, com o sentido de enfatizar que as colocações aqui apresentadas configuram-se como algumas das muitas imagens possíveis dentro dessa moldura até então formada.

Nessa perspectiva, é que concluo o presente empreendimento analítico, que teve como proposta problematizar o esporte enquanto um acontecimento moderno, inserido em um sistema produtivo industrial, assim como tentando compreender como as políticas públicas de esporte são produzidas e gerenciadas, enfim, como elas operam enquanto procedimentos estratégicos de poder em uma arte de governar que vigora no mundo contemporâneo.

Para isso, inicialmente foram apresentadas algumas possibilidades de atravessamentos da temática do esporte moderno com as tecnologias de poder e seus deslocamentos através da soberania, da disciplina e da biopolítica. Posteriormente, passou-se a trabalhar com os processos de constituição de políticas públicas de esporte em geral, sejam as universalizantes ou mesmo as focais, enfatizando-se

algumas das condições de possibilidades que as rodeiam, passando a compreendê-las enquanto uma estratégia de governamento dos sujeitos e das populações. Mas, nesse momento, faz-se imprescindível destacar a necessidade de perscrutar outros espaços, assim como a idéia de continuidade, de que muitos outros horizontes serão buscados, muitos outros caminhos serão percorridos, assim como muitos outros desvios serão adentrados. E é sentido que me reporto às palavras de Santin (2007) ao apontar "que a melhor e mais eficaz conclusão seja aquela em que não se chega ao fim do caminho, mas aquela que constata que foi dado um ou vários passos e sugere que, amanhã, será preciso retomar o caminho para continuar a caminhada".

REFERÊNCIAS

ANGELO, Miguel. **Biopolítica e sociedade de controle: Notas sobre a crítica do sujeito entre Foucault e Deleuze.** Disponível em www.revistacinetica.com.br/cep/miguel_angelo.htm. Acessado em 28/09/2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009

_____ **Foucault sigue dando cátedra**. Disponível em http://clarin.com/diário/2005/01/2008/index.htm. Acessado em 08/11/2009

COHEN, Jeffrey Jerome. **Pedagogia dos monstros – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____ **História da sexualidade 1 – a vontade de saber**, Rio de Janeiro: Graal, 1999

_____ **Em defesa da sociedade**: São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____ **Segurança, território, população**: São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____ **Nascimento da bioplítica**: São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____ **Vigiar e Punir: nascimento da prisão** 30 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

MACHADO, Antonio. **Poesias completas.** Disponível em http://www.LibrosEletronicosGratis.com/. Acessado em 26/05/2010

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e juventude pobre – políticas públicas de lazer na vila olímpica da maré.** Campinas: Autores Associados, 2005

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em http://portal.esporte.gov.br. Acessado em 30/04/2010.

MICHAELIS. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2000

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência,** São Paulo: Martin Claret, 2005.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**.São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTlN, Silvino. **Esporte educacional: esporte na escola e esporte da escola**. In : Palestra proferida no XXVI Simpósio Nacional de Educação Física, Pelotas: 18 outubro 2007

SPINK, Mary Jane. Esterisco Estudo sobre tecnobiociências na sociedade. 2003 Disponível em: >http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/suor2.htm< Acessado em 22 julho 2008.

TRAVERSINI, Clarice Salete. **Programa alfabetização solidaria, o governamento de todos e de cada um.** Porto Alegre, Tese (dout.) Faced/PPGEDU/UFRGS.

VARELLA, Julia e ALVAREZ-URIA, Fernando. **El Metodo Genealogico**. Madrid: Universidad Complutense, mimeo, s/d.

_____ **A maquinaria escolar**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n.6, 68-96, 1992.

VEIGA NETO, Alfredo. **Governo ou governamento.** Rio Grande do Sul: Currículo sem Fronteiras, v.5, n.2, pp.79-85, Jul/Dez 2005.

_____ **Biopolítica, Estado Moderno e inclusão na escola**. São Leopoldo, UNISINOS: Cadernos IHU em formação, ano 2, n.7, 2006. p.98-101. ISSN: 1807-7862.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault, revoluciona a história**. Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982

Endereço: Rua Casemiro de Abreu, nº 361, Bairro: Areal, Cidade: Pelotas (RS)

E-mail: roseufpel@yahoo.com.br

Recurso tecnológico necessário para Comunicação Oral: Multimídia (Data-show)

Autora: Rose Méri Santos da Silva[10]
Doutoranda do PPG Educação e Ciência: Química da Vida e Saúde

Co-autora: Dra Méri Rosane Santos da Silva
Universidade Federal do Rio Grande (IE/FURG)
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa da Corporeidade (GEPEC)

[10] Professora de Educação Física de Ensino Médio, Técnico e Tecnológico do IFSulriograndense - Campus Pelotas - Visconde da Graça (CAVG)